

“Os estorvos da oligarquia e as dificuldades da democracia”

Esdras Bezerra Fernandes de Araújo¹

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014, 125p.

Esta publicação versa sobre um livro já resenhado por outros estudiosos, e devido a isso, considerou-se a necessidade de um destrinchar mais pormenorizado do argumento e das bases do mesmo, na tentativa de conciliar a profundidade do debate com a sua “necessidade histórica” – aqui contrariando o que o próprio autor pondera sobre o fluxo histórico. Considerando o texto, o seu conteúdo e o contexto político em que o Brasil se encontra, considera-se que o livro escolhido não tenha esgotado suas contribuições nas resenhas já publicadas sobre ele. Diante disso, em defesa de uma publicação tardia sobre esta obra, talvez a leitura dela mesma se torne, de fato, a melhor justificativa possível e esta resenha não teria condição de exaurir a abordagem complexa e densa realizada por Rancière. Reservando-se, portanto, apenas à tarefa de trazer à luz um trabalho que possui propostas teóricas e filosóficas incontornáveis a quem se pretende entender a democracia, passando a aceita-la justamente nessa indeterminação própria, mas inalienável.

Um trabalho de caráter ensaístico, como é *O ódio à democracia*, permite a Jacques Rancière transitar livremente, e com considerável fluência, entre variados campos do conhecimento para discutir o que constitui a democracia, ou o conteúdo real da crítica contemporânea a ela. Promovendo um debate substantivo sobre esse fenômeno e a compreensão acerca dele na atualidade, fez-se necessário que o autor montasse um argumento que dialogasse com uma reconstrução conceitual e histórica da democracia. Recorrendo desde os clássicos da filosofia política grega até chegar aos estudos de sociologia e ciência política atuais, Rancière consegue montar um quadro das permanências opostas às diretrizes democráticas, que para ele se fundamentam no ataque à democracia pelo seu caráter democrático. Mesmo parecendo redundante e, assim, pouco explicativo, é possível ver no conjunto do argumento do autor a lógica que o mesmo construiu de uma forma coerente e rica em detalhes. O que se percebe como presente ainda na filosofia política francesa, evidenciado em um estudo como esse de Rancière, é a permanência da problemática das possibilidades em torno do entendimento em relação ao “grande número” na política.

¹Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco

As indicações iniciais sobre as críticas e tentativas de determinar a democracia na contemporaneidade, em especial nas últimas décadas do século XX, são abordadas por Jacques Rancière de forma criteriosa e sarcástica em diversos momentos. A tentativa do autor é de apontar as limitações presentes nos conjuntos de autores indicados por ele, com a intenção de mostrar que o fenômeno democrático sofre uma indeterminação própria a si, mas que mesmo assim foi sendo apropriada por abordagens que ferem o próprio fundamento do fenômeno, que seja: uma absoluta concepção de igualdade.

Uma dessas perspectivas vem a ser a noção pós-moderna que considera uma “hiperindividualização”, essa associada com uma lógica de consumo e autodeterminação. O que Rancière aponta como problemático nessa análise é como ela põe a política fora da vida cotidiana do indivíduo, propondo-a como um fenômeno secundário e dependente direto das vontades egoístas dos indivíduos. Uma redução da democratização à noção de sociedade de consumo, do indivíduo democrático como o consumidor egoísta. Para o autor, esses pensadores positivam esse processo, o que descaracteriza a própria política, pois esse individualismo absoluto opõe-se à política que, na história do fenômeno, trata-se da forma de gestar a vida coletiva e não se trata de derivativo da vida privada. Por outro lado, é indicada uma perspectiva pessimista em relação ao processo de individualização, por considerar a emergência do indivíduo na democracia como a decadência de uma coletividade, na verdade de uma ordem estabelecida. Essa noção é apontada como uma tese republicana sobre a democratização. Ela considera, como explica o autor, que o problema da democracia é o excesso de democracia, visto no “homem democrático” que é individualista e o próprio problema a ser vencido pelas instituições. Caberia, por exemplo, à escola a função de educar esses personagens contemporâneos que se apresentam, desde que se mantivesse essa repetição de uma formalidade da igualdade de oportunidades.

Logo em seu primeiro capítulo ele acusa o antidemocratismo contemporâneo de buscar justificar a natureza da desigualdade, apontando que sua grande crítica é contra a universalidade proposta pelo fenômeno democrático. O problema, como ele indica ao longo do texto, é da tentativa de refundação legitimada de uma organização que se justifique na natureza das desigualdades tanto política, quanto material, assim como educacional. A narrativa desse movimento atual busca “renaturalizar”, por uma ontologia reacionária mascarada de atualidade, a própria “natureza” da sociedade. Ambas as perspectivas apresentadas, na crítica de Rancière, estão imersas corretamente na aceitação de uma consequência do aprofundamento da vida moderna no sistema capitalista, pois é possível

explicar a mentalidade moderna recorrendo ao pensamento marxiano sobre a mentalidade burguesa que afoga tudo “nas águas geladas do cálculo egoísta” (MARX; ENGELS, 1998, p. 42). Contudo, ambas não empreendem um aprofundamento da crítica, não consideram que atacar o teor universalizante da democracia é criticar o que caracteriza esse fenômeno em comparação aos modelos aos quais ele veio a superar; é reduzir o indivíduo democrático à uma representação negativa de si, que ameaça a sua própria existência. Em uma reflexão histórica, o autor propõe considerar essas perspectivas como consequência de um deslocamento das energias críticas ao socialismo depois da queda da União Soviética. Para ele, é possível perceber que esse novo antidemocratismo realoca a oposição histórica entre coletivismo e individualismo, considerando que o primeiro é nocivo ao segundo e desviando os elementos do que se construiu como crítica ao totalitarismo para uma crítica à democracia.

No segundo capítulo, o autor empreende a sua investigação sobre a democracia num retorno aos debates presentes, inclusive, nos clássicos gregos. Em diálogo com Platão e Aristóteles, Rancière busca os elementos que são característicos da democracia ateniense e que, mesmo sob a crítica hodierna da impossibilidade de correlação entre a experiência grega e a contemporânea, ainda persistem na atualidade. Pensando justamente por meio das análises platônicas, dado seu caráter opositor à democracia, na tentativa de buscar o que seriam seus elementos constituintes, como que as contradições próprias dela, o autor conclui que é da natureza democrática as questões de uma relação social e política que lida com as equivalências de poder entre os indivíduos diferentes em suas origens familiares e posições baseadas nas posses. É com isso, num profícuo debate sobre os fundamentos políticos das formas de dominação, que Rancière começa a indicar os problemas que persistem na experiência democrática da contemporaneidade, apontando o elemento subversivo da democracia em relação à outras formas político-sociais e a permanência de resistências a ela que remetem até mesmo ao período clássico grego.

Advertindo logo nas primeiras linhas do capítulo, o autor indica que a crítica à democracia se baseia no seu “mal de origem”, na ruptura primordial que ela propõe: “a organização de uma comunidade humana sem vínculo com o Deus pai” (p. 47). Com essa primeira descaracterização dos regimes anteriores, e das bases dessas legitimações tribais, ainda que a perspectiva patriarcal tenha se mantido na experiência grega, é possível perceber que, com essa guinada ao “fator igualdade”, a dinâmica e as relações sociais se reestruturam, tanto em direção à essa subversão quanto ao retorno às fundamentações anteriores. O que Rancière aponta não é o surgimento da laicidade estatal, mas o rompimento com a

justificativa do governo daqueles diretamente vinculados com as divindades. O texto indica que com a questão da igualdade democrática, mesmo no cenário passível de críticas dado o olhar contemporâneo sobre o passado, uma linhagem humana de governantes que se justifica no vínculo com os deuses perde sua força e sua legitimidade.

Nesse mesmo caminho, refletindo sobre a ruptura que a democracia representa com as bases do poder e do governo do mundo antigo, a discussão se encaminha para evidenciar que o que tem de democrático na igualdade rompe, assim como com o vínculo divino das linhagens tribais, com a justificativa do governo dos detentores de maiores propriedades. Na verdade, quando avança mais em seu argumento, é possível captar que a democracia rompe com o aspecto natural da fundamentação dessas formas de poder e governo. É a partir disso que Rancière se dirige para a noção do fomento de um indivíduo próprio da democracia, assim como o indica no primeiro capítulo, mas nessa altura do texto ele desenvolve uma análise que pretende mostrar a permanência dos elementos democráticos. Busca apontar as rupturas com a naturalidade de justificativas anteriores, ao mesmo tempo que tenta construir a “natureza democrática” e como isso é possível de ser captado com o esforço de observar as críticas clássicas e as contemporâneas, assim como os problemas de fundamentação e justificação da democracia que, como ele lembra bem, “não é nem uma sociedade a governar nem um governo da sociedade, mas é propriamente esse ingovernável sobre o qual todo governo deve, em última análise, descobrir-se fundamentado” (p. 66).

É com isso que ainda é possível ver emergir o debate sobre o mecanismo de escolha de governantes se basear na aleatoriedade que, bem lembrado pelo autor, destaca outras problemáticas e algumas divergências entre as críticas contemporâneas e as clássicas. De acordo com esse fundamento anárquico da democracia, onde o universal é a ausência de títulos naturais e a equivalência, a priori, de todos os indivíduos, a escolha dos governantes erige uma discussão sobre o que legitima a governança, a falta de “natureza governante” e de “natureza governada”, a defesa da equivalência entre o que governa e o governado, que justifica a possibilidade da representação. Contudo, esse problema não chega a se resolver com a rapidez aqui aparentada, pois são considerados os aspectos que organizam a escolha e os elementos que dão cabimento ao processo. Frente a isso é que Rancière busca pensar, novamente em diálogo com os elementos platônicos, a questão do sorteio das lideranças. É justamente por isso que ele lembra que o significado primeiro da democracia, o seu modo de fazer a todos equivalentes de si mesmos e dos outros, é de “um ‘governo’ anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar” (p. 57). Ele

também lembra que um dos aspectos fundamentais para se pensar a condição daquele que se presta à função de governo é, diferentemente da atualidade, a falta de interesse em exercer esse papel. Talvez por aí é que a possibilidade do filósofo-rei apareça como justiça, assim como a plena realização do povo-rei, na condição de que essa realização da equivalência universal se manifesta por intermédio da aleatoriedade, “que o acaso divino o faça rei, sem que ele o tenha desejado” (p. 59).

O autor desenvolve o debate sobre a escolha dos governantes para preparar o leitor para o capítulo posterior, onde incorre em uma discussão crítica sobre os elementos da relação entre a noção de democracia e as institucionalizações: república e representação. Não é possível admitir que Rancière esteja fazendo uma defesa da escolha de governantes por sorteio, mas é que esse meio, buscando o máximo de aproximação com a “natureza” democrática, serve como forma de compreensão do que seria o “conteúdo” de uma experiência democrática em relação à representação. Com isso é possível perceber como a modernidade subverte esse elemento fundante central, degenerando a igualdade absoluta - ainda que possa ser considerada virtual - mantendo as desigualdades materiais como critério de acesso aos mecanismos de poder formal. É assim que a questão da república ganha notoriedade no capítulo 3.

Jacques Rancière considera as pesquisas das décadas de 1970 e 1980 sobre a educação pública francesa, e os seus dados sobre a reprodução da desigualdade mesmo sob um modelo escolar tido republicano, como uma ferramenta capaz de demonstrar que a efetiva democracia é prejudicada quando enquadrada em modelos formais, ao menos como vem sendo na experiência ocidental. Em certa medida é possível perceber uma noção sobre o funcionamento do Estado, considerando a instituição educacional como objeto, que o considera uma forma moldada diante de interesses oligárquicos que, por sua vez, integram a própria forma na qual a democracia veio se estabelecendo ao longo do tempo, assim perdendo seu sentido primordial e que a justificou. Nesse contexto, relacionando com o debate sobre a representação que é extremamente categórico em diversos momentos, o autor indica um processo de oligarquização da democracia em suas formas institucionais forjadas na relação com a questão estatal. É nesse sentido que se pode considerar a degenerescência da democracia quando considerada como naturalmente descambando na representação aos moldes contemporâneos. Pois, ao considerar uma naturalidade do processo sócio-político sob a democracia, o rompimento com a noção de natural que a mesma empreendeu é desconsiderado, fenômeno que se manifesta também no mascaramento republicano das

desigualdades por meio da formalidade. O autor denuncia que a democracia moderna, especialmente como ela se organizou, demonstra uma crescente primazia de interesses privados em detrimento de qualquer critério coletivo, ainda que esse seja o fundamento legitimador do poder de governar. Uma crítica ao pensamento liberal que demoniza o Estado, considerando uma primazia do indivíduo, é feita por Rancière ao propor que a ampliação da esfera pública não consiste no antagonismo de público e privado que identifique no papel do Estado o mal da experiência democrática, mas “lutar contra essa divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade” (p. 72).

Essa oligarquização é característica não apenas da contemporaneidade. Para indicar isso como um processo recorrente e presente desde a instauração das democracias modernas, o autor aponta como esse processo/fenômeno pode ser identificado até na fundação da América independente, especificamente nos Estados Unidos e no caráter censitário do direito civil e político proposto pelos Pais Fundadores. Partindo disso, é possível denunciar o engodo republicano da separação absoluta entre as esferas da vida do indivíduo, ou ao menos a função de uma em defesa da outra, especialmente a consideração da vida pública em defesa da manutenção da independência da vida privada. Assim, Rancière mostra que o formalismo da república moderna separa o político-social do privado, como se a própria constituição do indivíduo pudesse assim ser separada. É uma “encenação da dualidade entre o homem público e o privado” que forja um antagonismo “jogando o homem contra o cidadão e o cidadão contra o homem” (p. 77), assim empreendendo o melhor funcionamento da dominação dos mesmos sujeitos nas duas esferas da vida.

Em um retorno à noção de constituição de um indivíduo democrático, após as considerações sobre a crítica ao republicanismo, Rancière ainda indica que o processo de formação desse indivíduo é maculado pela impulsão republicana em prol da manutenção da desigualdade, em prol de uma funcionalidade pretendida em uma justificação dos costumes, como que uma equivalência entre leis e sociedade, reverberando na manutenção da reprodução dessas desigualdades. Com a perspectiva baseada nesse formalismo próprio do republicanismo moderno, as problemáticas na relação Estado-sociedade se voltam para o próprio Estado. A fonte da crítica esquece uma questão sistêmica do problema da (des)funcionalidade das instituições e considera que o indivíduo democrático, esse agora como razão primeira do problema por misturar as esferas autônomas da vida, segue em organizar a vida pública dentro de uma lógica individualista. Diante disso, considerando os efeitos do sentido de compreensão da vida social, acaba restando a um conhecimento técnico

disponível para os privilegiados a capacidade de indicar os caminhos para explicação do fenômeno político e a compreensão do Estado. Assim é que a retórica do esclarecido de uma classe com disponibilidade e formação para a administração surge como solução. Rancière constrói, assim, uma crítica à ressurreição/permanência da defesa da autonomia absoluta da política e da necessidade de uma elite esclarecida para coordenar o grande número.

Em seu último capítulo, Rancière é bem contundente ao categorizar o Estado democrático à partir do que ele veio construindo ao longo do livro. Com isso é que o autor aponta que a configuração contemporânea é de um *Estado de direito oligárquico*, o qual se insere numa disputa entre a própria paradoxia entre a legitimidade político-estatal – a soberania popular – e o que a democracia em si preserva complexamente, mas não antagonicamente – as liberdades individuais. Ao mesmo tempo ele também busca compreender a relação entre o mercado capitalista e o Estado, pois considera que a degenerescência democrática se caracterizaria por uma associação entre os interesses das oligarquias, e considera também uma nova dinâmica do capitalismo na contemporaneidade em que o Estado aparece como um preparador do campo para que o capital possa atuar livremente. Contudo, mesmo que seja do interesse das oligarquias que a ilimitação própria do capital se manifeste e galgue poder, ainda é de caráter popular a soberania que legitima a própria autonomia relativa do campo político, ou seja, evitar “a constituição de espaços interestatais livres da servidão da legitimidade nacional e popular” (p. 104). Entendendo assim, o conhecimento técnico associado com uma necessidade própria da administração pública aparece como elemento desdemocratizante, passa a segregar a autoridade popular em relação às medidas estatais.

Sendo bastante sociológico sobre esses aspectos de uma consonância entre esses dois grupos, os políticos e os técnicos, Rancière aponta que a formação desses agentes está imbuída de uma permanência das suas posições em relação às diretrizes políticas, podendo ser derivada da própria formação e dos locais da mesma aos quais esses indivíduos dos dois grupos frequentam. Então é que esse novo aspecto da legitimação vai ganhando o sentido que interessa a esse processo de distanciamento da população em relação às medidas tomadas pelo Estado, e assim “dá à minoria mais forte o poder de governar sem distúrbios e criar uma minoria e uma oposição que estão de acordo com as políticas a ser praticadas” (p. 97). Basicamente, essa dinâmica recorre a uma retórica que afasta o caráter coletivo da democracia através de uma depreciação desse elemento propriamente coletivo, daí é que o autor aponta como a retórica do populismo serve de recurso para explicar, legitimando a fala técnica

enquanto associa algum reacionarismo próprio ao povo, a necessidade fundante de se considerar um movimento histórico que seja defendido por esse corpo que conhece o próprio processo, sempre associado com uma dinâmica em defesa de uma necessidade provinda do campo econômico. É “o casamento do princípio da riqueza com o princípio da ciência que fundamenta a nova legitimidade oligárquica” (p. 99). É nisso que parece se construir uma limitação da democracia que a reduz a uma participação dentro da estrutura institucional, onde a gestão das vidas e as deliberações estão afastadas do povo, cerceando outras possibilidades organizacionais mas que não desaparecem por absoluto e acabam surgindo como resistência a esse aprofundamento antidemocrático, mesmo ocorrendo um desmonte do Estado em sua forma mais voltada à dirimir grandes disparidades entre o interesse privado do capital e as necessidades do povo da base do Estado.

Como que numa análise recorrendo a um olhar a partir da ideologia, Rancière compreende que esse processo busca corromper o entendimento sobre possibilidades outras que se dissociam dos moldes do lucro capitalista ou da participação política manifesta exclusivamente enquanto subalterna aos meios formais estatais. Além disso, e também denunciando outros elementos da contemporaneidade sobre a democracia e seu processo de descaracterização, é possível compreender um revisionismo histórico e conceitual. Contra isso é apresentado que os elementos de uma democracia funcional para si, estão mais vinculados com os aspectos de uma dinâmica livre das determinações institucionais e que na atualidade, os elementos que foram superados pela democracia acabam retornando e ainda se mascarando como defesa dela mesma. O autor apresenta os casos de um ressentimento com a perda “pastor divino”, evidenciando o seu retorno como base dos movimentos antidemocráticos, tanto em projetos que minam a democracia diretamente pela ameaça à tradição, ou aqueles que se dizem guardiões dos valores democráticos, mas guardam pra si o poder de dominar outros por uma pretensa universalização da liberdade.

Jacques Rancière constrói uma noção própria sobre a democracia “real” que a compreende como um movimento propriamente interpessoal, desconsiderando os elementos de alguma necessidade histórico-material ou um movimento natural da história, além de uma determinação objetiva de instituições na forma de que se poderia chamar de “Estado”. Identifica nas relações diretas tanto a própria “forma” da democracia, entendendo que não é necessariamente algum estágio alcançado pela organização social que a possibilite, mas sim resultante da contingência da relação direta entre os sujeitos, para além de qualquer projeto universal e que, inevitavelmente, acaba por limitar a democracia ao determiná-la enquanto

vontade dirigida a um fim, indicando até uma necessidade de superação dessa mentalidade propriamente ocidental e capitalista. Ele considera que a própria formulação da democracia, do termo propriamente dito, estava voltado na intenção de indicar essa indeterminação e incerteza de permanência, como que “para afirmar que o poder de uma assembleia de homens iguais só podia ser a confusão de uma turba informe e barulhenta, que equivalia dentro da ordem social o que é o caos dentro da ordem da natureza” (p. 117).

É justamente esse caráter que embasa o que ele vem a chamar de *ódio da democracia*, pois que se trata de um ataque a uma incerteza crida como menos racional que tantos outros modelos políticos, é uma rejeição ao que a igualdade significa: a constante incerteza e possibilidade de remodelação que siga uma dinâmica independente aos interesses da oligarquia nacional associado com a dinâmica capitalista proveitosa com as disposições previstas na organização dos Estados. Evidenciando que esse “‘governo de qualquer um’ está fadado ao ódio infundável de todos aqueles que têm de apresentar títulos para o governo dos homens” (p. 119), que sejam os dois já clássicos – riqueza e nascimento – e o propriamente moderno – ciência/técnica. Mesmo nesse panorama, Rancière ainda apresenta algum elemento de esperança embasado nessa mesma “constância de seus próprios atos” (p. 122), indicando os sujeitos que podem promover a permanência dessa democracia, desse igualitarismo fundamental que se resguarda entre aquelas que a praticam, em oposição a aqueles que mantêm suas relações acostumados com um comandar da vida.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.